

De acordo com o previsto no ponto 7 do artigo 10º do Regimento que prevê a possibilidade de nos primeiros 30 minutos, antes de dar início à ordem de trabalhos agendada, ocorrerem intervenções dos membros do conselho para tratar de assuntos não incluídos na ordem do dia, passo a fazer uma breve intervenção:

Antes de ser membro do Conselho Geral da UMinho ocorreu uma votação referente à mudança de regime para Fundação. Assim, em maio de 2011, decorrente dessa reunião foi difundido que a Universidade do Minho "passou" a Fundação de Direito Privado com 16 votos a favor do Conselho Geral e 7 contra! Significa que apesar de aprovada, essa mudança de regime obteve uma contestação de 30% dos membros integrantes do Conselho Geral da altura, ou seja, nunca foi assumido de forma unânime pelos membros do Conselho Geral que o Regime Fundacional é o modelo adequado ao governo da UMinho.

Neste contexto, gostava de salientar que em notícia publicada na *web* pelo Diário Económico, datada de 07 maio de 2011, assinada por Ana Petronilho e intitulada "Universidade do Minho vai passar a fundação no final do mês", é referido que, passo a citar:

- *Depois da votação, a universidade entrará num processo negocial, através do reitor, com o ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) para que seja redigido um contrato-programa. Neste acordo, "o ministério compromete-se com dotações interanuais e a universidade compromete-se a satisfazer necessidades de formação, de investigação, de cursos", explica Luís Braga da Cruz.*

- *Quem propõe passagem a fundação: As instituições podem pedir ao Governo a sua transformação em fundações de direito privado mediante proposta fundamentada do reitor ou do presidente, aprovada pelo Conselho Geral, por maioria absoluta dos seus membros.*

[http://economico.sapo.pt/noticias/universidade-do-minho-vai-passar-a-fundacao-no-final-do-mes\\_117393.html](http://economico.sapo.pt/noticias/universidade-do-minho-vai-passar-a-fundacao-no-final-do-mes_117393.html)

Também na mesma altura, a Rádio Renascença, em notícia publicada na *web*, menciona o que foi dito por Pedro Oliveira, ex membro do CG da UMinho, passo a citar:

- *Para este docente, antigo membro do CG, "algumas das vantagens apresentadas são falácias, como é o caso da universidade poder, como fundação, endividar-se e alienar património".*

[http://rr.sapo.pt/rubricas\\_detalle.aspx?fid=35&did=10586](http://rr.sapo.pt/rubricas_detalle.aspx?fid=35&did=10586)

Por outro lado, após a votação pelo Conselho Geral da UMinho, surge uma notícia da LUSA datada de 07 de junho de 2011 e difundida pela SIC Notícias que refere, passo a citar:

- *Para António Cunha, a questão fundacional está muito "ligada" à palavra "pode". "A universidade como fundação pode fazer uma série de coisas, passa a ter opções que não tem neste momento", realçou ainda.*

<http://sicnoticias.sapo.pt/Lusa/2011-06-07-ensino-superior-passagem-da-universidade-do-minho-a-fundacao-nao-significa-privatizacao-reitor.jsessionid=82DD0A853927AEFC1467A9B8AD14D436>

Então, pergunto eu, como atual membro do Conselho Geral, o que mudou em finais de 2014?!

Segundo refere o jornal Público do dia 15 de janeiro de 2015, passo a citar, *"O Ministério da Educação e Ciência (MEC) vai recuar na realização de uma das suas mais emblemáticas medidas para o ensino superior. O regime fundacional, que o ministro Nuno Crato tinha declarado extinto em 2012, vai afinal continuar a ser uma realidade. Não só as universidades do Porto, Aveiro e ISCTE, as primeiras a entrar neste modelo, mantêm os seus benefícios, como as congéneres do Minho e Nova de Lisboa vão poder retomar os processos de adesão."*

<http://reitor.up.pt/wp-content/uploads/2014/09/57489113.pdf>

Os desenvolvimentos foram rapidamente assumidos e apresentados ao Conselho Geral face ao enquadramento dado pelo Reitor nos meses anteriores. Nos recortes de imprensa disponíveis na página *web* do CRUP podem ser encontradas as seguintes referências:

A. Título: Novo líder das universidades dá prioridade ao reforço da autonomia. Publicado em Público, em 15 de outubro de 2014

<http://www.crup.pt/en/imprensa-e-comunicacao/recortes-de-imprensa/8082-novo-lider-das-universidades-da-prioridade-ao-reforco-da-autonomia>

*"É uma mudança de posição muito positiva", comenta o reitor da UM, António Cunha, segundo o qual o interesse daquela instituição no novo modelo jurídico prende-se com o "quadro de maior autonomia" que o regime fundacional pressupõe. No entanto, Cunha avisa que a decisão final só será tomada "em função dos resultados das negociações" com a tutela.*

B. Título: UMinho quer ser fundação para ter mais autonomia. Publicado em Público, em 27 de janeiro de 2015

<http://www.crup.pt/en/imprensa-e-comunicacao/recortes-de-imprensa/8224-uminho-quer-ser-fundacao-para-ter-mais-autonomia>

*Além do Minho, também a Nova de Lisboa tinha anunciado pretender passar a ser fundação pública. "É uma mudança de posição muito positiva", comenta o reitor da UM, António Cunha, segundo o qual o interesse daquela instituição no novo modelo jurídico prende-se com o "quadro de maior autonomia" que o regime fundacional pressupõe. No entanto, Cunha avisa que a decisão final só será tomada "em função dos resultados das negociações" com a tutela. A grande vantagem deste regime continua a ser a maior flexibilidade nos processos de contratação de pessoal.*

Contudo, até agora, os documentos resultantes das negociações, mencionadas como constituindo uma condição *sine qua non* para a consolidação do processo de passagem a Fundação, foram apresentados aos membros do Conselho Geral como refletindo tão-somente a posição da Tutela. Afinal qual é a negociação que foi feita que deveria permitir aos membros do Conselho Geral votar?!

Por último, gostava de referir que subscrevi um texto enviado no dia 3 de setembro de 2015 à Comunidade Académica pelo movimento Novos Desafios, Novos Rumos (NDNR), nas listas do qual fui eleito como representante dos Professores e Investigadores para o Conselho Geral no atual mandato. O referido texto também está publicado *online*

<http://uminho-ndnr.blogspot.pt/2015/09/conversao-da-universidade-do-minho-em.html>

No texto é referido que *"o Reitor chegou a acordo com um Governo em final de funções para converter a Universidade do Minho numa Fundação de Direito Privado"*.

Este comunicado suscitou que o Reitor me tenha enviado, e à minha colega Clara Costa Oliveira, um email pessoal no qual refere, passo a citar: *"Venho por este meio manifestar a minha estranheza pelo teor do comunicado distribuído hoje à academia e de que são signatários. Estranho, sobretudo, as acusações feitas ao Reitor, bem como afirmações incorretas sobre o processo de passagem ao regime fundacional e sobre as características deste."*

Posteriormente, o Reitor dirigiu à Comunidade Académica um email em que num dos pontos refere, passo a citar: *"Como é evidente, o Reitor não fez qualquer acordo com Governo, até porque não é o órgão competente para tal."*; em assumida alusão à frase do comunicado dos NDNR.

Neste contexto, e no seio do Conselho Geral, justifica referir junto de todos os membros que a utilização da palavra "acordo" não foi efetuada no seu sentido jurídico, ou seja, que teria sido assinado um documento entre as partes para fechar o processo, mas sim no de que entre o Governo e a UMinho haveria a disponibilidade de ambas as partes para consolidar o processo até ao final da legislatura.

Naturalmente que tenho a noção que apenas ao Conselho Geral compete aprovar o processo, saliento, no entanto que desde janeiro de 2015 nenhum membro do Conselho Geral teve intervenção no processo negocial, nem teve acesso a qualquer informação sobre os desenvolvimentos concretos do mesmo, como por exemplo, que documentos a Tutela solicitou em aditamento ao processo de 2011, ou quais as exigências da Tutela para que o processo seja concluído com sucesso.

Conselho Geral da Universidade do Minho, Braga, 07 de setembro de 2015

---

Rui António Rodrigues Ramos